REVISTA CORDIS

A INTER-RELAÇÃO ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIZAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA PAISAGEM URBANA NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO: A TRAJETÓRIA DA CIDADE DE PENÁPOLIS, 1905-1920

THE INTERRELATIONSHIP BETWEEN TRADITION AND MODERNIZATION IN THE PROCESS OF URBAN LANDSCAPE FORMATION IN THE WESTERN REGION OF THE STATE OF SÃO PAULO: THE TRAJECTORY OF THE CITY OF PENÁPOLIS, 1905-1920

Cledivaldo Aparecido Donzelli[1]

RESUMO: O presente artigo versa sobre a formação da paisagem urbana da cidade de Penápolis, inserida na região Oeste do estado de São Paulo. O objetivo é dar inteligibilidade ao seu processo de instituição do meio urbano no período entre os anos de 1905 e 1920. A metodologia utilizada para atingir o objetivo se deu através de pesquisa em documentos escritos originais primários e através de consulta bibliográfica onde utilizou-se de uma literatura corrente sobre o espaço pesquisado e de obras de autores que possibilitaram suportes teóricos para a inteligibilidade da temática. Foi possível concluir que se tratou de um espaço que denota a primazia na região no que diz respeito ao seu adensamento populacional e uma referência para o adentrar do povoamento mais a oeste rumo ao estado do Mato Grosso do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem urbana; Oeste paulista; Penápolis-SP.

ABSTRACT: This article discusses the formation of the urban landscape of the city of Penápolis, located in the western region of the state of São Paulo. The objective is to provide an understanding of its urban establishment process between 1905 and 1920. The methodology used to achieve this objective involved research in original primary written documents and bibliographic consultation, utilizing current literature on the researched area and works by authors who provided theoretical support for understanding the subject. It was possible to conclude that this was a space that denotes primacy in the region in its population density and a reference point for the westward expansion of settlement towards the state of Mato Grosso do Sul.

[1] Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Fundação Educacional de Penápolis. Orcid: https://orcid.org/0009-0006-5157-6749 E-mail: cledivaldo@funepe.edu.br

KEYWORDS: Urban landscape; Western São Paulo state; Penápolis-SP.

10.23925/2176-4174.37.2026e75756

Recebido em: 31/03/2026.
Aprovado em: 06/05/2026.
Publicado em: 12/05/2026.

Introdução

O presente artigo versa sobre o processo de constituição da paisagem urbana da cidade de Penápolis, inserida na região Oeste do estado de São Paulo. O artigo se utilizará da definição do espaço denominado de Oeste paulista a partir do estudo do desenvolvimento da cultura do café no estado de São Paulo, ou seja, pela divisão regional realizada por Milliet (1982), baseada na concepção de zona, considerada por ele, a menor unidade territorial comparável, buscando se chegar a uma análise mais íntima do fenômeno econômico-demográfico do café.

Portanto, quando me referir ao Oeste paulista, estou me referindo ao momento da regionalização do estado de São Paulo, baseada nas linhas férreas e com destaque à dimensão geoeconômica das áreas do estado e da expansão cafeeira.

O recorte temporal proposto no artigo, deve-se ao período de formação e consolidação do município de Penápolis inserido na dinâmica e na evolução da interiorização do desenvolvimento urbano e econômico no estado de São Paulo. Um momento de comercialização de terras a partir da cidade rumo à interiorização da região Oeste do estado de São Paulo.

Os registros realizados pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, dá conta da existência de um povoado com “3.000 almas” até os anos da década de 1920, período de crescimento populacional devido ao parcelamento e venda de terras, fator determinante pela chegada de milhares de imigrantes para suas aquisições.

O afluxo de pessoas para o território e o espaço denominado de campos do Avanhandava iniciou-se no século XVIII por circunstâncias que deram as condições para a vindoura formação de componentes urbanos na cidade de Penápolis no início do século XX. Isso se deve, em parte, pela presença de imigrantes e pelo

parcelamento de terras na ótica mercadológica através de um olhar pautado em ideias capitalistas levado a cabo por alguns profissionais liberais, comerciantes e empresários que, destoando das atividades majoritariamente voltadas ao campo, trouxeram o olhar para as atividades e negócios pensados para as vivências urbanas já na dinâmica das relações econômicas e sociais capitalistas. Portanto, um lugar ambíguo e característico de uma fronteira em fase de conformação social.

O objetivo do artigo é dar resposta à seguinte questão: como a cidade se tornou um espaço de referência para a continuação da ocupação da região Oeste do estado de São Paulo rumo ao estado do Mato Grosso do Sul, sendo sede de Comarca já em 1917? Ou seja, pretende-se dar inteligibilidade ao processo de instituição do meio urbano concomitante aos incipientes elementos modernizadores, compreendidos como hábitos, costumes, energia elétrica, estação ferroviária, jornal, teatro, cinema, banco e veículos automotores, no período que se inicia ano de 1905.

A metodologia utilizada para atingir o objetivo e assim responder a questão problema se deu através de pesquisa bibliográfica, ou seja, na utilização de fontes (documentos escritos originais primários) tais como encontrados no Serviço de Expediente da Prefeitura Municipal de Penápolis e no Arquivo Virtual da Câmara de Penápolis contendo os atos do executivo, leis e portarias das décadas de 1910 e 1920, tais como Código de Postura e Lei de Uso e Ocupação do Solo e da hemeroteca do agora denominado “Museu Histórico e Pedagógico Glaucia Maria de Castilho Muçouçah” de Penápolis, onde encontram-se várias edições do jornal “O Pennapolense” do período da sua existência. No que que diz respeito à consulta bibliográfica utilizou-se de uma literatura corrente sobre o espaço pesquisado e de obras de autores que possibilitaram suportes teóricos para a inteligibilidade da temática.

A cidade de Penápolis esteve na primazia em relação à região Oeste paulista, a partir da cidade de Bauru até a divisa do estado de Mato Grosso do Sul, na direção da linha férrea da NOB, no que diz respeito ao seu adensamento populacional, ao aparato político-administrativo da República e à sua característica econômica entre as décadas de 1905 e 1920 por ser o mais longevo no quesito povoamento e por contar com presenças de personagens capitalizados migrados e imbuídos de ideias capitalistas.

1. Referencial teórico para compreensão da formação de cidades: o exemplo da cidade de Penápolis-SP

Para a compreensão da trajetória histórica da instituição da paisagem urbana da cidade de Penápolis-SP, é necessário desenvolver algumas considerações em relação às representações espaciais para não incidir açodadamente em interpretações que durante a primeira metade do século XX eram usuais e que postulavam realidades sociais estanques e territorialmente delimitadas em relação aos espaços rural e urbano.

O que estava posto, por exemplo, era que existiam três tipos ideais de sociedade: as pequenas comunidades (ou primitivas), autossuficientes e que se encontram imunes a qualquer tipo de ligação a territórios mais urbanizados, as sociedades camponesas, que não são completamente autônomas e estabelecem algumas ligações com os meios urbanos (sobretudo, comerciais), e as sociedades urbanas, que representam as cidades mais desenvolvidas (REDFIELD, 1960).

A partir da década de 1960, no entanto, houve uma mudança de perspectiva na compreensão do continuum quando se passa a identificar a forma como os processos de modernização e de urbanização adentram em territórios rurais. Portanto, começam a aparecer definições de representação de forma mais dinâmica e menos determinista do continuum rural-urbano. Por exemplo, a ideia de que as oposições e as respectivas gradações que se estabelecem entre os dois polos desenvolvem-se a partir de distintas escalas espaçais (local, nacional) e de diferentes situações econômicas e sociais, será relativizada. Por isso, a partir daí, fazem-se questionamentos em relação à definição de uma divisão antagônica e rígida entre territórios rurais e urbanos definindo uma representação mais dinâmica e menos determinista do continuum rural-urbano (PAHL, 1968).

Neste capítulo do artigo, contudo, se levará em consideração o asseverar quanto ao cuidado para evitar a compreensão da constituição do meio urbano de uma cidade da região Oeste do estado de São Paulo, numa perspectiva de ocorrências homogêneas configuradas como modelo onde todas as cidades passariam necessariamente na lógica da frente pioneira perpassada pela dicotomia rural e urbana, sendo o rural atrasado e o urbano, moderno. Por isso, se reconhecerá que todos os processos que redundam na formação do meio rural e urbano compreendem

uma série de modalidades advindas de diferentes relações estabelecidas entre a tradição e a modernização. Isto é, a modernização e a urbanização que passam a ser percebidas, significadas e ressignificadas na cidade de Penápolis, resultam de processos ativos e dinâmicos, levados a cabo concomitantemente pelas próprias pessoas naquela ocasião, que interpretam e se apropriam singularmente de uma série de fatores de ordem socioeconômica e sociocultural.

Conforme serão apresentadas mais a seguir, as evidências consubstanciadas em dados estatísticos, legislações, planta urbana, fontes de jornais locais e bibliografias sobre a localidade, a cidade em estudo, situa-se neste escopo de interpretação, cujo entendimento seguirá a seguinte premissa:

> [...] Por isso, enquanto tal este deverá ser interpretado a partir de uma perspectiva dinâmica e pluridimensional, definida tendo por base o binómio penetração / apropriação. Isto é, o espaço rural sofre, sem dúvida, um conjunto profundo de alterações que resultam da penetração dos factores de urbanização. No entanto, estes não se generalizam uniformemente pelas diversas zonas rurais, por dois motivos essenciais: primeiro, porque o processo de urbanização não é em si homogéneo, variando em função dos contextos sociais e económicos em que é produzido (a influência de uma cidade pequena - ou média - sobre o espaço rural limítrofe não terá a mesma natureza da que é exercida por uma grande cidade); segundo, porque as comunidades rurais empreendem diferentes formas de apropriação das componentes urbanas, em função de um conjunto de especificidades locais, sejam elas de carácter socioeconómico, cultural, ambiental. (CARMO, 2009, p.23)

Portanto, no território em estudo, é possível inferir que aos poucos os equipamentos administrativos de Estado foram adentrando o espaço com contornos rurais dando forma de patrimônio, vila e cidade, levada a cabo por iniciativas de alguns capitalistas, as quais redundariam na atração de ferrovia com uma estação de embarque e desembarque de pessoas, produtos agrícolas, animais e uma variedade de outros produtos.

Desde o século XVIII, os campos do Avanhandava, onde se localiza a cidade de Penápolis, cortados pelo rio Tietê com seu salto com várias cachoeiras, atraíram várias pessoas, tais como o povo Guarani e sobretudo os Kaingang, e, como espaço transitório, bandeirantes na busca de ouro no estado do Mato Grosso, bem como pessoas a serviço da Coroa visando à defesa do território e, por fim, criadores de animais e roceiros mineiros. Esses últimos, segundo Barros (1948), estabeleceram-

se nas terras a partir do ano de 1842 com o propósito de posse de terras, legalizadas mais tarde graças à Lei de Terras de 1850. Segundo ainda o mesmo autor, foram erigidas taperas de pau a pique ou sobre tocos.

Portanto, naquele tempo, não se constataram as presenças de vilas ou município, tampouco de Câmara de Vereadores, o que se verificou foi um arraial denominado Carmo do Avanhandava, sob jurisdição de Araraquara. De qualquer forma, o povoamento, onde hoje se localiza a cidade de Penápolis, antecedeu a todas as outras regiões a partir de Bauru.

Por isso, é bom salientar que, apesar de presenças humanas desde o século XVIII nestas terras, não ensejaram nesse período instituições administrativas régias coloniais ou do Império brasileiro, vindo apenas a ocorrer no início do século XX com a República. A cidade de Penápolis surge a partir de povoações dispersas e constituídas em fazendas e sítios e somente depois é que se verificam as presenças de bairros rurais.

Sobre isso, cabe aqui considerar também para a inteligibilidade do processo de constituição da cidade de Penápolis no recorte apresentado para sua elucidação, as presenças dos denominados bairros rurais, pois a maioria das pessoas, na ocasião de sua formalização como cidade em 1913, eram imigrantes e residiam em sítios e fazendas que, destarte, serão reunidos numa concepção de pertença a um agrupamento capaz de garantir uma identidade dentro de um território.

Contudo, vale salientar o asseverar de Queiroz (1973, p. 13) quando nos apresenta o trabalho de Juarez R. Brandão Lopes dando conta de dividir o estado de São Paulo em zonas ecológicas, ou seja, o autor criou o critério para determinar a semelhança por meio da similitude de certos elementos socioeconômicos, destacando-se entre eles a densidade populacional geral e rural, o grau de urbanização, a composição da população, o crescimento da população entre os anos de 1940 e 1950, os principais produtos agrícolas e o tamanho das propriedades. Foi justamente a partir desses critérios que distinguiram as zonas pioneiras, onde se localiza a cidade de Penápolis, das demais zonas. Nessas localidades, portanto, segundo o autor, não se encontram bairros rurais de camponeses, como nas demais zonas de povoamento mais antigo, e sim bairros rurais com presenças de agricultores, caracterizados como pequenos agricultores, ou seja, pequenos proprietários orientados para a venda do café, ao lado de grandes fazendeiros. As roças de

subsistência existiram apenas durante o período de formação de lavouras, após a primeira derrubada.

Como o assunto é complexo, aqui será apresentada uma breve exposição da trajetória dos estudos concernentes à compreensão deste território. Entre os anos de 1940 e 1970, estudiosos da geografia e da sociologia tiveram como objeto de estudo os bairros “caipiras”, concebendo-os como organizações rurais dispersas, estruturadas por grupos de vizinhança, e marcadas por uma consciência coletiva de pertencimento, emanada na convivência diária do homem do campo com seus parentes, vizinhos e parceiros.

Um exemplo está na obra *Os parceiros do Rio Bonito,* do sociólogo Antonio Candido Sousa (1964) que, ao discorrer sobre o povoamento da zona rural de São Paulo, define o bairro tradicional como uma estrutura basilar da “sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas”, ou ainda, “como unidades mínimas de povoamento nas áreas rurais paulistas, de nível econômico precário, entrando em decadência muito facilmente e parecendo fadadas à degradação social ao sofrer o impacto da industrialização”. O bairro, deste modo, representa uma unidade social impregnada de identidade, valores e diferenciação. Os estudos de geografia, como os de Alice Cannabrava (1941) e de Nilo Bernardes (1958) contém a descrição do bairro mais relacionada à distribuição espacial das moradias, sendo designado como um tipo de “habitat” disperso, ainda que por vezes revele tendências para uma aglutinação, concentrando suas análises na forma de dispersão das habitações, nos aspectos concernentes ao uso do solo e na relação do lugar com o espaço circundante.

Em outros trabalhos, contudo, encontram-se conceituações não ligadas propriamente à dispersão rural, mas dando ênfase à existência de unidades territoriais, mais ou menos amplas, definidas em função da presença de determinados contatos sociais estabelecidos entre a população residente. É o caso do trabalho *A região de São Luiz do Paraitinga*, de Pasquale Petrone (1959), e também da análise de Nice Lecocq-Müller (1946), já que conceituam o bairro rural como uma célula de comunidade social não morfológica, formada por habitações dispersas suficientemente próximas: “[...] onde existem certos tipos de relações sociais a lhe dar corpo: laços de parentesco ou de vizinhança, reforçados frequentemente pela

existência de uma venda, capela ou escola cujo raio de ação marca comumente os limites do bairro". (LECOCQ-MÜLLER, 1946, p. 42)

Destarte, Liliana Laganá Fernandes (1972), ao apresentar a colonização japonesa no meio rural paulista, igualmente identifica o bairro como uma designação genérica de limites nem sempre precisos, geralmente definidos em função de um sentimento de localidade, não raro reforçado pela presença de algum elemento social de coesão.

Enfim, os conceitos elaborados por geógrafos e sociólogos sobre a realidade bairro, apresentavam certa uniformidade de compreensão no que diz respeito ao sentimento de pertencimento dos habitantes com o local de moradia, ou seja, nos primeiros estudos, o bairro é definido como um espaço vivido onde reúnem-se igreja, praça e escola, sentido pelos seus moradores com sintomáticas e variadas populações. E ainda, um grupo de vizinhança disperso, portador de características marcantes, e, por conseguinte, reveladoras de uma identidade particular aceita por aqueles que ali vivem.

Ainda na esteira das considerações para melhor inteligibilidade da constituição da cidade de Penápolis, outra perspectiva diz respeito ao aspecto do pragmatismo administrativo levada a cabo pelo Estado a fim de garantir a consolidação econômica e a influência política de grupos. Foi assim no Brasil na passagem do século XIX e XX e reverberado nos campos do Avanhandava na esteira da lógica da denominada República Velha permeada por práticas mandonistas e coronelistas proporcionadoras do surgimento das designadas cidades pelo interior do Brasil.

Sobre isso, Abramovay (2000) informa-nos que no Brasil e em muitos países como no Equador, na Guatemala, em El Salvador e na República Dominicana, muitas cidades nas quais a economia e a vida social giram em torno de aspectos rurais, são consideradas urbanas pelo simples fato de possuírem um aparato administrativo, que é necessário para a regulação das regiões.

Podemos identificar, no caso específico da cidade de Penápolis, a primeira legislação visando ao seu ordenamento no ano de 1914 a partir da elaboração, pelo então prefeito James Mellor, da Lei nº 2, de 26 de maio que estabeleceu o Código de Posturas que versa sobre os distritos e povoações do município. Na sua segunda parte, a Seção I trata de delimitar os perímetros do município e não aparece a denominação bairro rural. A seção definiu os perímetros como: central, que

compreendeu a “parte levantada” e que consta da planta da cidade, e suburbano, que compreendeu todas as “partes arruadas” da cidade e seus bairros. A definição de povoações referia-se ao meio rural do município com seus conjuntos dispersos de propriedades consistentes em chácaras, sítios, fazendas, com suas respectivas nomenclaturas.

Destarte, em 1924, o prefeito Euclides de Oliveira Lima elaborou a Lei nº 226 de 15 de dezembro, aprovada pela Câmara de Vereadores que o autorizou a auxiliar com três contos e quinhentos a construção da estrada do bairro Araponga. Aqui já se verifica a presença do termo bairro dando forma a uma região agrícola do município que passou a ser conhecida como Araponga.

Em 1928, o prefeito Joaquim Mendes Braga elaborou a lei nº 289 de 1º de outubro, aprovada pela Câmara de Vereadores que criou duas escolas mistas, sendo uma no bairro do Paraguai e outra no bairro do Bonito.

Em 1934, o prefeito Carlos Sampaio Filho instituiu o Ato nº 140 de 25 de janeiro, transferindo a escola mista municipal do bairro de Alto Alegre para o bairro Coroado.

Portanto, essas leis e atos das décadas de 1920 e 1930 que versam sobre verbas para auxiliarem nas construções de estradas, e possibilitam criações e transferências de escolas, demonstraram que o poder público municipal passou a tratar como bairros as antigas povoações de unidades geográficas compostas de fazendas, sítios, chácaras e estâncias.

Se as autoridades assim definiam essas povoações é de se supor que os habitantes já se identificassem com uma unidade territorial cujas práticas cotidianas em comum lhes possibilitavam tais representações de grupo. Nos três bairros exemplificados havia campo de futebol com atividades dominicais, farmácia - mesmo não tendo condições adequadas para atendimento e com insuficiência de remédios - açougue, dentista, alfaiate, armazéns de secos e molhados, escola, máquina de beneficiar arroz, bar e até sorveteria. Uma capela localizava-se no núcleo central em cada um dos bairros.

Uma última consideração é sobre as significações do moderno que permearam o imaginário e desejos de pessoas responsáveis pela implementação de um território que agregou órgãos administrativos na perspectiva de sintonizar-se com a trajetória da interiorização das práticas republicanas na cidade de Penápolis. Neste capítulo constarão as diversas impressões em relação às presenças palpáveis da

modernidade. Essas impressões foram captadas por meio das páginas do jornal “O Pennapolense” que, em si, já se autoproclamava como moderno ao canalizar os hábitos e costumes desejados dos habitantes daquele território com presenças de casas comerciais e espaços de lazer e sociabilidade. Seja ela no escopo dos mecanismos administrativos e econômicos, ou na materialidade demonstrada nos veículos de passeio, trabalho e de negócios, a “posse” da modernidade, ou o sentimento dela, distinguia as pessoas.

Longe, evidentemente, da modernidade da capital da República, Rio de Janeiro, ou da capital do estado de São Paulo, que viviam a êxtase das novidades vindas do continente europeu, e que já se encontravam às voltas com o processo de industrialização e mudanças substanciais nas relações de trabalho, a cidade em estudo no recorte escolhido, ainda mantinha características tradicionais da vida no campo no território com aspecto urbano próximo da estação ferroviária, primeira evidência da decantada modernidade.

A tentativa de introduzir a urbanidade em Penápolis constata-se nas intenções dos primeiros legisladores presentes no primeiro Código de Posturas do ano de 1914, conforme documento já mencionado. A Lei nº 2, de 26 de maio de 1914, sancionada pelo, então, Prefeito Municipal, James Mellor, estava assim dividida:

Primeira parte: **Das repartições e funcionários municipais**; Segunda Parte: **Leis e regulamentos,** com seis seções: I. **Da cidade, seus subúrbios, distritos e povoações**; II. **Higiene Municipal**; III. **Ordem pública (Costumes)**; IV. **Da viação municipal**; V. **Lavoura, Comércio e Indústria**; VI. **Disposições diversas**. Ao todo, o primeiro Código de Posturas continha 625 artigos.

O disciplinamento da vida em comunidade permeava o desejo da garantia dos mínimos aspectos da vida urbana. O que se verifica nos trechos do referido Código são parametrizações do polido e do vulgar, cuja intenção foi distinguir os sentimentos “primitivos” dos sentimentos “civilizados” aos quais se agregariam outros sucessivos, contínuos, múltiplos e recíprocos elementos do discurso de modernização. Além da moralização dos costumes, das ações de controle social e da normatização dos espaços, o discurso modernizador higienista também permeava a legislação.

Algumas evidências dessas tentativas estão expressas em alguns trechos a seguir.

Seção II – **Higiene Municipal**, Título I: **Da limpeza em geral**, Capítulo I: **Da limpeza das ruas, praças, etc** – Art. 118: Em geral, são os proprietários obrigados a conservar perfeitamente asseiadas as frentes de suas propriedades, na largura de um metro, removendo as impurezas encontradas. Art. 119: É proibido: A) Lançar nas ruas, praças e logradouros públicos, em geral, corpos sólidos ou líquidos que causem incomodo aos transeuntes ou prejudiquem o asseio. E) Queimar lixos ou quaisquer outros corpos que possam corromper a atmosfera ou o fumo incomodar o público ou os vizinhos. Capítulo II: **Da higiene das habitações**. Art. 122: Sempre que a higiene o reclamar, mediante edital, os proprietários são obrigados a caiar ou pintar decentemente os seus prédios, não só exterior como interiormente, assim como olear as portas, janelas, forros, etc. Capítulo IV: **Das cocheiras e estábulos**. Art. 143: É proibido o recolhimento de animais para permanência ou pernoite nos quintais, sem que estes estejam devidamente calçados. O morador do prédio será multado em 10$000, devendo o animal ser prontamente removido.

Essas previsões legais sempre vinham acompanhadas com a perspectiva de punições, demonstrando a imposição a um enquadramento social típico de uma vivência social urbana. Nos trechos, por ser uma cidade voltada para as atividades no campo, as presenças de hábitos rurais eram coibidas, pois se tratava de um início de convivência pautada nos parâmetros do que se entendia por civilidade urbana.

A seguir mais trechos do código:

Seção III: **Ordem pública**, Título I: **Comunidade e segurança**, Capítulo I: **Dos costumes.** Art. 365: São proibidos os acompanhamentos com cânticos fúnebres pelas ruas, a exposição de cadáveres para encomendações, salvo dentro dos templos e cemitérios, e os repetidos dobres de sino por ocasião de falecimento ou enterros, salvo no dia de finados. Pena: Cada um dos infratores será punido com a multa de 10$. Art. 367: É proibido tirar esmolas dentro do município, com subscrições ou sem elas, sem atestado de pobreza com “visto” da autoridade policial. & 1º: os mendigos serão matriculados na repartição policial e deverão trazer consigo visível ao lado esquerdo do peito a chapa correspondente ao número da matrícula e que lhes será fornecida pela Prefeitura. Art. 371: É proibido conservar na cidade ou povoações, animais ou aves que pelos gritos ou cantos estrídulos incomodem os vizinhos ou o público. O infrator será punido com a multa de 10$000, se depois de avisado pelo fiscal não retirar o animal.

Esses trechos contêm as evidências do desejo dos legisladores de garantir suas distinções sociais sem serem incomodados com as importunações de mendigos e nem que seus sossegos sejam alvejados com ruídos de animais e aves que, normalmente, os “camponeses rústicos” possuem.

Mesmo que se trate de um escopo jurídico que reúne intenções de um determinado setor da sociedade, vale para dar legibilidade aos esforços de uma introdução de novos hábitos, valores e costumes de uma cidade do interior do estado de São Paulo no início do século XX. Trazendo para os dias de hoje, como constatação empírica do cumprimento dos Códigos de Posturas, é possível intuir que existiam dificuldades nos cumprimentos dos artigos, mesmo que se leve em conta a presença de apenas 3.000 habitantes na época. De qualquer forma, a despeito de aparentar um contexto artificial, a cidade de Penápolis se apresentava e se arvorava como o mais novo experimento social que jamais houve nos campos do Avanhandava e na região Oeste do estado de São Paulo, depois da cidade de Bauru.

2. A cidade de Penápolis-SP no processo de interiorização do desenvolvimento urbano e econômico no estado de São Paulo

Os primórdios e as características da evolução dos assentamentos de pessoas ao longo da trajetória de povoamento nessas terras que viriam a ser o Brasil, ajudam a compreender os específicos movimentos populacionais nesse ponto da região Oeste do estado de São Paulo.

Isso posto, para a compreensão desse aspecto, portanto, Deffontaines (1944) apresenta-nos características históricas brasileiras para compreensão do embrião do surgimento de cidades. Para este estudo, foram escolhidas seis, por também se tratar de contextos específicos do território onde foi assentada a cidade de Penápolis:

Primeira:

Reduções: Foram as primeiras formas de assentamentos humanos no período colonial realizadas pelo viés religioso levadas a cabo pelos missionários jesuítas visando à evangelização dos nativos em terras coloniais consubstanciadas nas experiências das missões, tendo como exemplo emblemático o surgimento da cidade de São Paulo. Esses primeiros agrupamentos de evangelização garantiram, no primeiro momento, ao Brasil uma rede inicial de pequenas aglomerações, porém, houve, então, lutas ferozes envolvendo os fazendeiros contra as reduções e os

grandes proprietários concorreram muito para a supressão do poderio jesuítico na América do Sul. Vale ressaltar que nos campos do Avanhandava onde se constituiu a cidade de Penápolis na passagem do século XIX para o XX, a Ordem dos Capuchinhos concorreu também com o processo de ocupação mesmo sendo já no período republicano, pois aqui ocorre com a conotação de atração de pessoas e negócios porque significava a “pacificação de índios bravios” e “presença de civilidade” na esteira da implementação da rede ferroviária NOB com suas estações de embarque e desembarque;

Segunda:

Colônias militares: Em seguida, o autor apresenta o assentamento humano de origem militar pelas necessidades de defesa e posse do território, fato também verificado nas terras onde se situa a cidade pesquisada, pois a Colônia Militar do Avanhandava representou segurança frente aos assaltos e assim significou um dos fatores de atração de pessoas nesta localidade do oeste paulista, conforme já apresentado no capítulo anterior, evidenciando as primeiras fixações de pessoas no território a oeste da cidade de Bauru;

Terceira:

Corrida pelo ouro: O autor nos apresenta também o assentamento de pessoas em Minas Gerais e em pousadas nas beiras de rios em função da corrida pelo ouro patrocinada pela Coroa portuguesa para que, finalmente, depois de mais de um século de colonização, pudesse realizar a exploração desse metal precioso, motivo para o crescimento vertiginoso de quantidades de vilas e cidades, e temos como exemplo a Rota Fernão Dias e, inclusive, os campos do Avanhandava por conta da presença do rio Tietê que facilitava o acesso ao estado do Mato Grosso;

Quarta:

Pousadas nas beiras das estradas: Destarte, segundo ainda o autor, as pousadas nas beiras das estradas também colaboraram para a formação de cidades, e como exemplo podemos apontar a Via Anhanguera no estado de São Paulo e os portos de madeira ao longo de rios de diversas regiões do país;

Quinta:

Linhas férreas: As linhas férreas foram, segundo o autor, ao mesmo tempo responsáveis pela ruína de algumas cidades e formadoras de novas, principalmente na região Oeste do estado de São Paulo, cujas estradas de ferro seguiram em geral

os divisores das bacias fluviais, os espigões, e afastavam-se dos fundos dos vales, assim, as antigas aglomerações junto aos rios tornaram-se afastadas e desfavorecidas em benefício das novas cidades do planalto. No caso do traçado da linha férrea NOB na cidade de Penápolis, esse cortou um território onde já havia um adensamento populacional, favorecendo, contudo, uma atração de investimentos e pessoas, principalmente imigrantes, redundando no surgimento de cidades e comarcas.

Sexta:

Bocas do sertão: e, por fim, a constatação das denominadas bocas do sertão, pois necessitavam de ocupação e exploração econômica para adentrar em territórios desconhecidos, como, por exemplo, foram Porto Feliz e Bauru no estado de São Paulo. As Bocas do sertão também perfilaram entre as diversas formas de assentamentos de pessoas, fato verificável nos campos do Avanhandava, onde mais tarde se localizará a cidade de Penápolis, transformada em sede de Comarca. Portanto, as características históricas brasileiras do surgimento de vilas e cidades, muito se devem também à específica trajetória da implementação da interiorização de aparatos político-administrativos iniciados na colônia que perpassaram pelo Império e desembocaram na República. Como este estudo trata da trajetória da constituição de um município, ele é entendido como sinônimo de governo local, comumente denominado, em português, de vila, freguesia, conselho, comuna, ou seja, ele se reveste de um papel de instrumento de descentralização governamental e de presença de poder público dentro do território de um país.

A consequência disso foi um modelo de povoamento do interior a partir da iniciativa privada sob o manto de legislações imperiais e republicanas, levadas a cabo por uma política de dependência de investimentos ingleses tanto em capitais financeiros como em maquinários e tecnologias de transportes, tais como vias férreas e a formação de companhias de compra e vendas de terras, responsáveis por parcelamento da maioria das terras do Oeste paulista.

Isso enseja reflexões a partir de um recorte temporal para melhor compreender o período da formação e da consolidação da cidade de Penápolis, o qual está inserido na dinâmica e evolução da interiorização do desenvolvimento urbano e econômico no estado de São Paulo. O recorte a ser dado inteligibilidade refere-se os anos entre as décadas de 1905 e 1920. Foram décadas de diversificação da economia urbano

industrial, bem como nas atividades agrícolas verificadas no estado de São Paulo. Isso se deveu à expansão da economia cafeeira que influenciou sobremaneira na acumulação industrial colocando o estado paulista na primazia por sua transformação qualitativa da estrutura produtiva.

Nesse contexto, nas denominadas e significadas regiões pioneiras, ocorria uma retomada da produção da lavoura cafeeira a partir dos anos de 1910, agora assentadas numa produção estruturada dentro dos parâmetros capitalistas contando com uma rede de transportes mais ágil e barata, núcleos urbanos de apoio e instituições financeiras como suporte.

Segundo Cano, Negri e Gonçalves (1988), essas determinantes do processo de urbanização, na transição do século XIX para o XX, proporcionaram, nos anos 10 do século XX no estado de São Paulo, a retomada da expansão cafeeira que levou a criação de mais 31 municípios, dentre eles, Penápolis, sendo que, na década seguinte, houve uma febre expansionista na denominada frente pioneira (região Oeste paulista), em que mais 53 municípios foram criados totalizando, na década de 1920, 245 municípios.

O crescimento populacional na região onde surgiu o município de Penápolis, também está ligado com a especulação de terras, e como nos apresentam ainda os autores citados acima, isso se deu dentro de um ordenamento empresarial com a criação de companhias loteadoras e colonizadoras que passariam a agir no mercado de terras.

É possível, portanto, identificar um desenho geográfico do estado de São Paulo na passagem do século XIX para o século XX onde se verificam regiões paulistas díspares, porém interdependentes economicamente, fato que ajuda a entender a presente assimetria no quesito economia e renda per capta.

A região de povoamento mais recente, a Oeste do estado de São Paulo, serviu primeiramente essas regiões que passavam por essas transformações urbanas e econômicas com matérias primas como algodão e amendoim, além de servir com a carne advinda da pecuária de corte. Segundo atestam ainda Cano, Negri e Gonçalves (1988), nessa região, na década de 1920, a população economicamente ativa urbana ocupava a mais baixa proporção do estado, pois sua população se ocupava nas atividades agropecuárias. As únicas indústrias na região, segundo os autores, eram

pequenos estabelecimentos de apoio à construção civil, como tijolos, telhas, madeira, etc.

Eles nos chamam à atenção pelo fato de que aqui as incipientes cidades começam a desempenhar um papel de frente avançada de comércio e de serviços, que davam apoio à ocupação de novas terras. Foi justamente isso que aconteceu com a cidade de Penápolis, entre os anos de 1905 e 1920, quando também supria as necessidades da população em constante crescimento e que se instalava nessas terras demandando serviços de hotelaria para os viajantes comerciais e eventuais empreendedores.

Vale aqui ressaltar, detalhadamente, as características da região naquele período no qual se insere o município de Penápolis:

> Assim, a atividade urbana que tipifica o novo interior do Estado nessa época – áreas de ocupação mais recente que estavam começando a se desenvolver – consistia, de um lado, numa atividade produtiva urbana nascente, de beneficiamento e transformação de produtos agrícolas como o algodão, açúcar, arroz, carne, etc., uma pequena indústria alimentar de apoio à concentração populacional urbana como pão, farinha, queijo, sorvete, aguardente, matadouros, etc., e uma pequena indústria de apoio à construção civil como serrarias, serralherias, marcenarias, etc. De outro lado, a atividade urbana consistia em serviços de apoio à produção agrícola, especialmente ao pequeno produtor, como bancos, cooperativas, postos de gasolina, armazéns para venda de sementes e instrumentos de trabalho, oficinas de reparação, etc. (CANO, NEGRI e GONÇALVES, 1988, p. 16)[2]

3. Origem e evolução do processo de constituição da cidade de Penápolis-SP

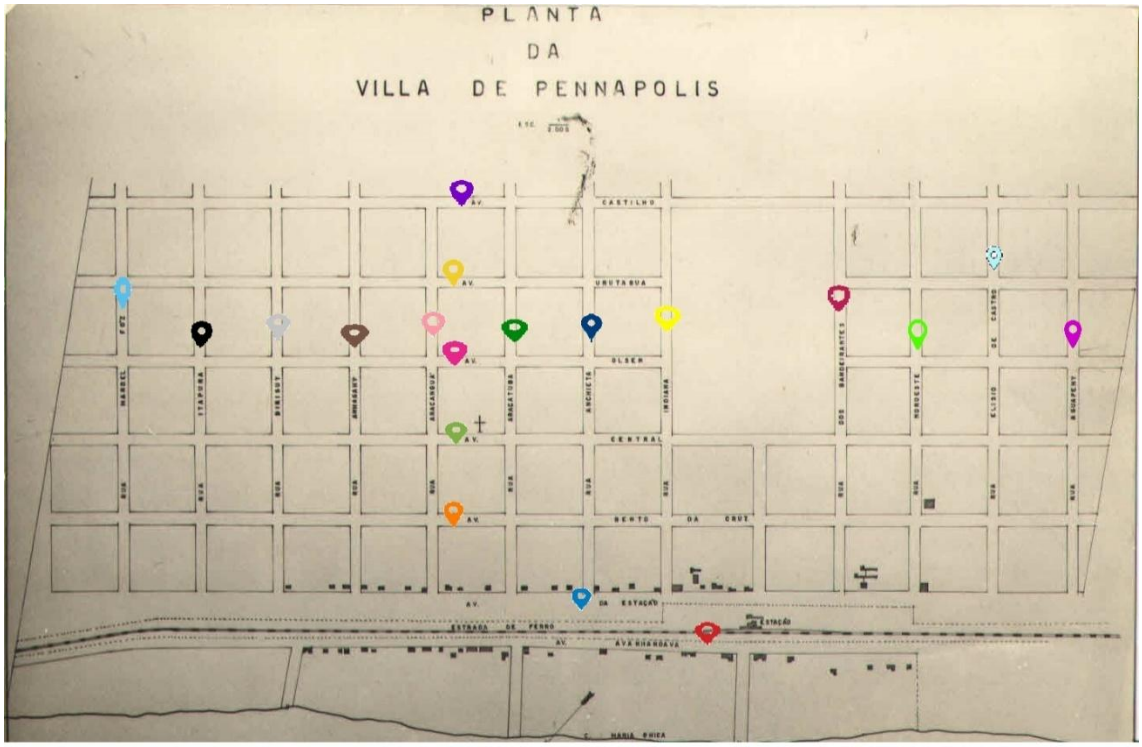
Para demonstrar o início da formação de um núcleo que concentrou nas margens da estação ferroviária um conjunto de lojas e prédios que abrigaram residências no início da constituição da paisagem urbana de Penápolis, foram mobilizadas várias fontes que nos deram a dimensão das suas características econômicas entre as décadas de 1910 e 1920.

Por exemplo, na figura abaixo, segue a “Planta da Villa de Pennapolis”, sob a escala de 1 / 2.000, contendo ruas e avenidas devidamente denominadas. Para

[2] Citação extraída do resultado de uma pesquisa coordenada por Wilson Cano e patrocinada pelo convênio entre Secretaria de Economia e Planejamento do estado de São Paulo, Fundação SEAD, FECAMP e Instituto de Economia da Unicamp, realizada no período de janeiro de 1986 a março de 1987 e presente no capítulo intitulado *O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no estado de São Paulo (1920 – 1980)*, de autoria de Barjas Negri, Maria Flora Gonçalves e Wilson Cano.

facilitar as localizações, adaptamos a mesma através de legendas. Não foi possível encontrar sua data, mas foi utilizada para a elevação da condição de Patrimônio para a de Villa em 1909:

Figura 1: Planta da Villa de Pennapolis com ruas e avenidas, 1909



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico "Glaucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão"

- Avenida Avanhandava (hoje Adolpho Hecht)
- Avenida da Estação (hoje Rui Barbosa)
- Avenida Bento da Cruz
- Avenida Central (hoje Luiz Osório)
- Avenida Olsen (hoje Expedicionário Diogo Garcia Martins)
- Avenida Urutágua (hoje Dr. Antonio Define)
- Avenida Castilho (hoje Eduardo de Castilho)
- Rua Manoel Foz

Rua Itapura

Rua Biriguí (hoje Giácomo Paro)

Rua Anhangay (hoje 13 de maio)

Rua Arancaguá (hoje 15 de novembro)

Rua Araçatuba (hoje Irmãos Crisóstomo de Oliveira)

Rua Anchieta

Rua Indiana (hoje Dr. Ramalho Franco)

Rua Bandeirantes (hoje Mário Sabino)

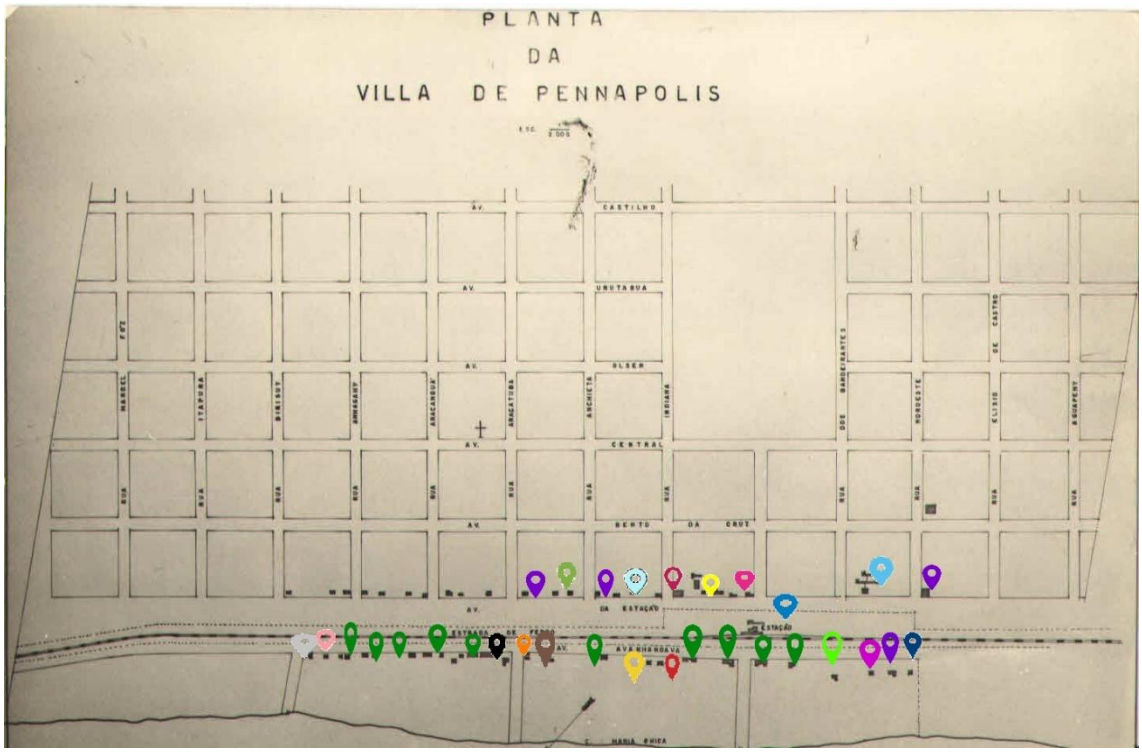
Rua Noroeste (hoje Altino Vaz de Mello)

Rua Elísio de Castro (hoje Rua Brasil)

Rua Aguapey (hoje Fernando Ribeiro de Barros)

O memorialista Martins (1968, p.59-60) é quem nos fornece nesta outra figura, a partir de seus depoentes Emílio Fonseca e Dib Jorge, na ocasião de suas entrevistas, as localizações dos primeiros estabelecimentos comerciais e de alguns moradores.

Figura 2: Planta da Villa de Pennapolis com as localizações dos primeiros estabelecimentos comerciais, 1909



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico "Glaucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão"

- Parque Avícula
- Hotel
- Botequim
- Salão de Barbeiro e Botequim
- Casa Comercial
- Primeiro agente do Correio
- Dib Jorge & Cia
- Açougue de Carne de Porco
- Carpinteiros
- Farmacêutico Prático
- Subdelegado

Suplente de Delegado

Prédio da Estação Ferroviária

Primeira Câmara dos Vereadores

Comerciante

Botica

Oficina de Ferreiro e Carpintaria

Loja do Sol

Sapataria

A seguir, segue uma descrição minuciosa das localizações com seus respectivos proprietários:

Na Avenida Avanhandava, seguindo da direita para a esquerda, pela ordem dos prédios: Baptista Gargione, Ozorio Mathias, Cel. Bento da Cruz (com um parque avícula), Antonio Jacoleti (estabelecido com um pequeno hotel e botequim), Gilberto Cervelli (com botequim), Xisto de Creci (com salão de barbeiro e botequim), Adolpho Hecht, Pedro Anis (casa comercial), Eduardo Miguel, Abrão Fachi (casa comercial), José Issa (casa comercial), Miguel Bezerra dos Reis (Primeiro agente do Correio), Dib Jorge & Cia. (a firma era integrada por Dib Jorge, Jorge Salomão), Amadeu Soliani (casa comercial), Joaquim Soares de Oliveira e seu sócio Xavier (com açougue de carne de porco), José e Luiz Ciocchi (carpinteiros), Bernardo Ciocchi (farmacêutico prático), Mariano Melles (casa comercial), Antonio Greco (casa comercial), Experidião Makrakis (casa comercial), José Vermelho (casa comercial), Alcides Carvalho (casa comercial), Antonio Romão (sub-delegado) e Elesbão José de Souza (suplente de delegado).

Na Avenida da Estação, a que margeava a linha férrea, já se localizava o prédio da estação ferroviária. Também da direita para a esquerda da planta, os moradores e seus negócios eram os seguintes: Raphael Sezario, Antonio Cantareira (com hotel e botequim), Miguel Scotilha (comerciante), o prédio onde se instalou a primeira Câmara Municipal de Vereadores, José Marques (com botica), Manoel Saes (com oficina de ferreiro e carpintaria), a Loja do Sol, Angelo Rillo, Geraldo Ruiz

Rodrigues, João Aurélio, Manoel Teixeira (com hotel), Mestre Gaspari (com sapataria) e Orlando dos Santos (Hotel Brasil).

Foi possível notar a partir da figura que os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço localizavam-se próximos da estação ferroviária, revelando a origem do centro histórico onde se localizavam os primeiros prédios constituidores do espaço administrativo e de negócios da cidade de Penápolis.

A obra do memorialista e geógrafo Fausto Ribeiro de Barros servirá para apresentar as primeiras iniciativas empreendedoras de pessoas alçadas ao posto de pioneiras no processo de formação de negócios urbanos na região onde se insere Penápolis. A seguir, o quadro 1 com a relação dos primeiros proprietários urbanos a partir das informações do autor:

Quadro 1: Relação dos primeiros proprietários e propriedades – Penápolis - 1907-1914

PROPRIEDADE	PROPRIETÁRIO	ANO
Olaria do Cruz	Manoel Bento da Cruz	1907
Engenho de cana de açúcar	Elesbão José de Souza	1910
Fábrica de pinga	João de Souza Barbeiro	1914
Máquina de beneficiar arroz	Manoel Rozetti	1914
Máquina de Beneficiar Café e Arroz	Oroncio Vaz de Arruda	1914
Moinho de fubá e farinha	Espiridião Makrakis	1914
Alfaiataria	Luis Minucci	1914
Padaria	Alberto Domingues da Silva	1914
Ourivesaria	Guilherme Mosca	1914
Serraria	Manoel Rozetti	1914
Sapataria	Gaspar Rocco	1914
Selaria	Gaspar Rocco	1914
Ferraria	João Ferreiro	1914

Fonte: (MARTINS, 1968)

É possível observar aqui que a maioria dos empreendimentos se refere às atividades voltadas para o atendimento de pessoas do meio rural, tais como, selaria, ferraria, moinho de fubá e farinha, máquina de beneficiar café e arroz e engenho de cana-de-açúcar, cujos proprietários, pelos sobrenomes, são em sua maioria, estrangeiros. Logo, um território urbano com vivências hibridas de perfis urbano e rural, devido ao processo próprio da constituição de uma cidade em meio a um modelo econômico experienciado pelo Brasil na transição do século XIX para o XX.

Uma evidência do perfil da cidade no período em análise neste capítulo está no relatório produzido pela Câmara de Vereadores que acompanhou o ofício do dia 15 de outubro de 1915 endereçado à Câmara dos Deputados e também o ofício endereçado para a Comissão de Estatística do Estado de São Paulo no dia 22 de outubro de 1915, prestando informações sobre a representação em que os habitantes requerem uma sede de Comarca instalada na cidade de Penápolis. Seguem trechos selecionados do referido relatório:

> [...] A Municipalidade tem a informar mais:
>
> a) - Que existe cadeia conforme a fotografia inclusa; b) – Que, abertas por particulares, existem mais de 700 kilometros de estradas de rodagem bem conservadas; [...] d) – Que o orçamento para 1916 já aprovado em primeira discussão apresenta uma renda de Rs. 51:020$000, o que representa um aumento de 70% sobre o de 1915, sem que tenha havido aumento de tabelas ou creação de novas rendas; [...] f) Que o numero de eleitores de todo o município é de 350, sendo que o ultimo alistamento é do anno de 1913, pois o de 1914 (feito em Baurú) foi annullado e em o corrente anno não se reunio a respectiva comissão por não ter comparecido o Ajudante do procurador da Republica, que a isso se recusou, como faz certo a inclusa copia da acta da reunião. É natural que no anno vindouro se dê o mesmo facto por não convir a tal autoridade que se proceda ao alistamento. Entretanto se fosse feito, o numero de leitores, entre a sede e distritos se elevaria facilmente a mais de mil; g) [...] O movimento crescente da população se vê bem demonstrado no quadro dos passageiros pois o mesmo, em 1909, foi de 3.621, 1913 de 14.426 e em 1914 – 13.084.

Uma outra fonte importante foi a publicação *São Paulo do Passado: Dados Demográficos - VI,* organizada por Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi[3] que nos trouxe

[3] A série ***São Paulo do Passado: Dados Demográficos*** é resultado de um trabalho de pesquisa do Núcleo de Estudos de População (NEPO), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com o apoio do CNPq publicado no ano de 1999. Nela, a organizadora, na ocasião da sua apresentação, escreveu que “De modo especial, este trabalho busca ampliar o conhecimento que se tem da população paulista do século XIX e início do século XX, de sua estrutura e dinâmica e das relações existentes

informações detalhadas sobre as características da economia e da sociedade do município apresentando números concernentes aos perfis das ocupações profissionais. A partir dos dados foi elaborado o quadro 2 com as ocupações profissionais da cidade de Penápolis em 1920.

Quadro 2: Ocupações profissionais – Penápolis - 1920

Ocupação Profissional	Total	Porcentagem
Agricultura	9.187	74,18
Criação	571	4,61
Caça e pesca	03	0,02
Pedreiras	870	7,03
Minas salinas	01	0,01
Têxtil	03	0,02
Couros e peles	02	0,02
Madeiras	288	2,33
Metalurgia	69	0,56
Cerâmica	101	0,82
Produtos químicos	01	0,01
Alimentação	56	0,45
Vestuário	223	1,80
Mobiliário	15	0,12
Edificação	400	3,23
Aparelhos de transportes	11	0,09
Correios, Telégrafos e telefones	07	0,06
Bancos, Câmbio, Seguros e Comunicações	05	0,04
Comércio propriamente dito	349	2,82
Serviços domésticos	222	1,80

entre o comportamento demográfico e os processos socioeconômicos e culturais em curso nessa época." Informou-nos que suas fontes de dados foram extraídas dos seguintes documentos: ***Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de S. Paulo*** - **1836 -** organizado por Daniel Pedro Müller, ***Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo Recenseada no anno de 1854, Quadro Estatístico do Movimento da População da Província de S. Paulo durante o Anno de 1854*** e outros Quadros estatísticos organizados por José Joaquim Machado de Oliveira, ***Recenseamento Geral do Império - 1872***, ***Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Commissão Central de Estatístistica*** que contém informações levantadas no ano de **1886** e os ***Recenseamentos de 1890 e de 1920***.

Indústrias			
Produção e transmissão de forças físicas 30		Relativas às Ciências Letras e Artes. Indústria luxo 18	
Transportes			
Marítimos e fluviais 20		Terrestres e aéreos 270	
Profissionais Liberais			
Judiciárias 23	Médicas 66	Magistério 52	Ciências, Letras e Artes 55

Fonte: São Paulo do Passado: Dados Demográficos, 1999

Percebemos no quadro que as características ocupacionais das pessoas residentes no município de Penápolis em 1920, denotam uma economia centrada no meio rural, pois 74,18% das ocupações estão concentradas na agricultura e 4,61% na criação, denotando uma total dependência econômica da cidade das atividades econômicas do meio rural que representam mais de 78% de todas as ocupações da cidade, desse modo, distante ainda de um meio urbano que demonstrasse uma pujança econômica.

Por outro lado, as poucas ocupações profissionais observadas no meio urbano, aparelhos de transporte, correios, telégrafos, telefones, comércio, vestuário, edificação, alimentação, metalurgia, mobiliário, têxtil, bancos, câmbio, seguros e comunicações, somadas chegam a 9,19% das ocupações profissionais. Vale registrar que uma outra fonte que trouxe alguns dados da época foi o *Almanach de Pennapolis para o Anno de 1920*, que apresentou a informação de que a cidade contou com 500 prédios naquele ano.

4. Considerações finais

Como conclusão do artigo, diante do processo de formação populacional e econômica verificado no município de Penápolis entre os anos de 1905 e 1920, é possível inferir que se tratou de um espaço que denota uma referência para o adentrar no espaço geográfico mais a oeste rumo aos estados do Mato Grosso do Sul e Mato

Grosso, pois tinha as condições burocráticas com as presenças de órgãos governamentais e judiciárias capazes de darem respostas ao intuito de regularização fundiária, além de possuir instituições financeiras pública e privadas ao alcance dos empreendedores ávidos por terras.

Além disso, nos anos que compreendem esse período, portanto, consolidou-se uma cidade que dava suporte urbano para uma atividade agrícola relativamente recente, assentada basicamente no comércio e nos transportes, não havendo uma indústria de transformação, mas apenas unidades produtivas circunstanciais de apoio à construção civil ou à agricultura local.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 702).

BARROS, Fausto Ribeiro de. **Achêgas para a história de Penápolis**. De 1767 a 1948. Penápolis: [*s.n*.], 1948.

BARROS, Fausto Ribeiro de. **Penápolis, História e Geografia**. Penápolis: Intergraf, 1992.

CANNABRAVA, A. **Primeiras notas para um estudo acerca dos bairros no estado de São Paulo.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, IX., 1941, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação de Geógrafos do Brasil, 1941. v. 3. p. 650-652.

CANO, Wilson; NEGRI, Barjas; GONÇALVES; Maria Flora. O processo de interiorização do Desenvolvimento e da Urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980) – In: **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920-1980.** São Paulo: SEADE, 1988. (Coleção economia paulista, V.1, n.1).

CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. In. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 252-280.

DEFFONTAINES, P. **Como se constituiu no Brasil a rede de cidades**. Boletim Geográfico n. 14, 1944, pp. 141-148.

ERCILLA, A. M. de; PINHEIRO, Brenno (Orgs.). **Zona Noroeste**. São Paulo: Propagadora Pan Americana, 1928.

LANDIN, Paula da Cruz. **Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** O Município e o Regime Representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LECOCQ-MÜLLER, N.. **Tipos de sitiante em algumas regiões do estado de São Paulo.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1946.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros Ensaios**. São Paulo: Hucitec, 1982.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.

PAHL, Raymond E.. The rural-urban continuum. In: **Readings in urban sociology** – Oxford: Pergamon Press, 1968. P. 2633-297

PETRONE, P. **A região de São Luiz do Paraitinga**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 239-336, jul./set. 1959.

REDFIELD, Robert. **The Litle community and peasent society and culture**. Chicago:The University Chicago Press, 1989 [1960].

SOUSA, A. C. **Os parceiros do rio bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.